

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 09/2025**  
**ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO**  
**CONTRATO POR SERVIÇO - CNT/OPAS - CRÔNICOS**

## **1. JUSTIFICATIVA**

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/2990) constituem referência aos processos de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo território nacional e dispõem sobre as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como sobre a regulamentação, organização e funcionamento dos serviços do SUS. Desde a criação do SUS muitas transformações ocorreram, no cenário demográfico e no cenário epidemiológico, neste último, temos uma tripla carga de doenças: a agenda não superada de doenças infecciosas (intensificada pela COVID-19) e carências, causas externas como acidentes e as condições crônicas de saúde (MENDES, 2012). As condições crônicas de saúde são aquelas de início lento e permanente, que demandam um cuidado contínuo, proativo e integrado, onerando sobremaneira o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2012). Não possuem uma causa específica, por isso são consideradas como multifatoriais, relacionando-se com fatores não modificáveis e modificáveis. Em 2008, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que as quatro doenças crônicas que mais causam mortes no cenário mundial eram: doenças cardiovasculares, câncer, doença respiratória crônica e diabetes. Observa-se que todas essas doenças possuem fatores de risco modificáveis em comum: alimentação inadequada, sedentarismo, tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas, sendo essencial estabelecer ações voltadas ao enfrentamento dessas condições (BRASIL, 2011).

O impacto das doenças crônicas na saúde mental é uma questão central no campo da saúde pública. Estudos consistentes evidenciam uma relação bidirecional entre essas condições, em que doenças crônicas influenciam a saúde mental e vice-versa (Pratt & Brody, 2018; The Lancet Commission on Global Mental Health and Sustainable Development, 2018; Prince et al., 2007). Pesquisas indicam que pessoas com doenças crônicas, como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e condições respiratórias, apresentam maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos mentais (National Institute of Mental Health, 2021).

O desafio de lidar com uma doença crônica frequentemente intensifica o sofrimento psíquico, podendo resultar em um impacto ainda maior na saúde mental. (Katon, 2011). Além disso, a

presença de transtornos mentais está associada a comportamentos prejudiciais à saúde, como baixa adesão ao tratamento, e ao comprometimento do funcionamento imunológico (Moussavi et al., 2007; Walker et al., 2015). Essa interconexão destaca a necessidade de abordagens integradas que considerem tanto a saúde física quanto a mental no manejo das doenças crônicas, visando melhorar a qualidade de vida e redução dos impactos dessas condições na saúde.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2016, 74% dos óbitos no Brasil foram causados por DCNT. Os estudos de Malta et al (2014; 2019) apontam resultados semelhantes. Em trabalho publicado em 2019, os autores destacam que dos 72,3% dos óbitos causados por DCNT, em 2013, 29,7% foram Doenças Cardiovasculares, 16,8% Neoplasias, 5,9% Doenças Respiratórias Crônicas e 5,1% Diabetes Mellitus.

Diante da magnitude do problema de saúde pública representado pelas DCNT, diferentes estratégias de cuidado ao longo do tempo foram implementadas, com destaque ao MACC - Modelo de Atenção às Condições Crônicas, adaptado para o Brasil por Eugênio Vilaça Mendes. O MACC deve ser lido a partir de três óticas: Modelo de Pirâmide de Riscos; Modelo de Doença Crônica e Modelo de Determinação Social da Saúde. A partir dessa leitura, o cuidado das DCNT pode ser planejado considerando os cinco níveis: intervenções de promoção de saúde; Intervenções de prevenção das condições de saúde; gestão da condição de saúde e gestão de caso. Ao abordar o tema saúde, torna-se essencial considerar a saúde mental como um elemento central, dada sua relação com a saúde física. Estudos demonstram que questões emocionais e psicológicas, como estresse crônico, ansiedade e depressão, estão frequentemente associadas ao surgimento, à piora e à dificuldade de manejo de doenças crônicas.

Em 2011, o Brasil lançou o “Plano de Enfrentamento às Doenças Crônicas Não Transmissíveis, 2011- 2022” com o objetivo de desenvolver nesse período estratégias e ações, baseadas em evidências científicas, com foco na prevenção e no controle das DCNT e seus fatores de risco, com 12 metas. Com a aproximação do fim do período de vigência, um novo material foi estruturado, o “Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030”. No Rio Grande do Sul, uma das metas previstas no Plano Estadual de Saúde (PES) é a redução da mortalidade precoce (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, neoplasias, diabetes mellitus e doenças respiratórias crônicas). A seção de doenças de condições crônicas vem trabalhando no diagnóstico situacional destas doenças

nas macrorregiões de saúde. Tem-se ainda o desafio da descentralização da informação produzida pela seção, bem como a realização de ações de sensibilização, integração de ações de saúde mental aos programas de promoção da saúde e prevenção dos agravos, capacitação, desenvolvimento de planos de ação nas regionais a partir da realidade e das necessidades dos territórios, para o controle destes quatro agravos.

## **2. OBJETO**

O presente Termo de Referência surge da necessidade do fortalecimento da gestão estratégica da Seção de Doenças de Condições Crônicas Não Transmissíveis da SES/RS, no sentido de garantir a implementação de ações de promoção, prevenção, recuperação e vigilância da saúde da população gaúcha, considerando as doenças de condições crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco. Assim, o objeto deste TR visa fomentar e qualificar as ações de vigilância epidemiológica, com ênfase no desenvolvimento de ações de promoção e prevenção, para subsidiar o controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), levando em conta que intervenções voltadas à saúde mental podem potencializar os resultados na promoção e prevenção das doenças crônicas, devido à relação bidirecional, sendo possível fortalecer a gestão integrada e ampliar o impacto das políticas públicas na qualidade de vida da população gaúcha. Deste modo, este Termo de Referência tem por finalidade a contratação de prestador de serviços que potencialize o apoio do Estado aos municípios, através do desenvolvimento de ferramentas e instrumentos que permitam:

- A qualificação do processo de gestão técnica da Política de Doenças de Condições Crônicas Não Transmissíveis, envolvendo o nível central, regional e municipal;
- O desenvolvimento de materiais e ferramentas de apoio técnicos para as equipes de saúde do estado;
- A elaboração de estratégias de comunicação efetivas visando à descentralização da informação para a população e equipes de saúde;
- O fortalecimento de processos de planejamento, execução e avaliação dos planos de ação desenvolvidos nos serviços de saúde;
- A qualificação profissional das equipes de saúde e de outras áreas afins que atendem diretamente a população;

- A qualificação dos processos de trabalho envolvidos na gestão técnica, subsidiada por dados epidemiológicos, análises de ações, das capacidades das redes e das principais demandas de saúde, de forma regionalizada.

### **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Produto 1:** Documento técnico contendo uma análise documental (relato de experiência, documentos de organismos internacionais, Ministério da Saúde e outras secretarias de saúde) sobre estratégias de comunicação existentes para as equipes de saúde que fazem parte da rede de atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na promoção, prevenção, cuidado e vigilância em doenças de condições crônicas não transmissíveis.

**Produto 2:** Documento técnico contendo proposta de planejamento de estratégias para a melhoria da comunicação e disseminação de informações em saúde, com ênfase na promoção, prevenção, cuidado e vigilância em doenças de condições crônicas não transmissíveis.

### **4. RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:**

- 4.1. Executar as atividades previstas no Projeto conforme definidas neste Termo;
- 4.2. Manter conduta ética e sigilosa em suas atividades;
- 4.3. Entregar no prazo do contrato os relatórios e produtos detalhados neste Termo;
- 4.4. Participar ativamente das reuniões com a equipe técnica estadual, conselhos, comitês e demais políticas de saúde afins à temática.

### **5. REQUISITOS EXIGIDOS**

Número de Vagas: 01 (uma)

	<b>OBRIGATÓRIO</b>	<b>DESEJÁVEL</b>
--	--------------------	------------------

<p><b>Formação Acadêmica Comprovada</b></p>	<p>Graduação em uma das áreas de Ciências Sociais, ou Ciências Humanas, ou Psicologia ou Comunicação Social comprovada;</p>	<p>Pós-graduação em Saúde Coletiva, ou Educação em Saúde ou Comunicação em Saúde comprovada.</p> <p>Cursos ou disciplinas na área de Saúde Coletiva, Educação em Saúde, Comunicação em Saúde comprovada.</p>
<p><b>Experiência Profissional Comprovada</b></p>	<p>Mínimo de 12 (doze) meses de experiência comprovada na área da Comunicação em Saúde.</p>	<p>Experiência comprovada no desenvolvimento de projeto na área de Comunicação em Saúde;</p> <p>Experiência comprovada em criação de conteúdo digital para saúde.</p>
<p><b>Outros</b></p>	<p>Disponibilidade de tempo em horário comercial para atuar presencialmente em Porto Alegre;</p> <p>Conhecimento do Pacote Office (em especial, Word, Powerpoint e Excel). Além de criação de conteúdo digital (Canva, Adobe® Creative Cloud, Redes Sociais, Youtube).</p> <p>Habilidades</p> <p>Habilidades de comunicação e de articulação entre os diferentes atores envolvidos;</p>	

	<p>Habilidade de atuar de forma independente dentro do escopo das atividades contratadas;</p> <p>Habilidade de planejar, executar e avaliar projetos de curto, médio e longo prazo;</p> <p>Habilidade em criar e/ou propor ferramentas que otimizem os processos de trabalhos administrativos e técnicos;</p> <p>Facilidade na utilização de softwares/aplicativos de compartilhamento de dados, de recursos multimídia, internet, construção de gráficos e tabelas.</p>	
--	--	--

**6. VIGÊNCIA: 4 (quatro) meses – 08/04/2025 a 08/08/2025**

**7. VALOR ESTIMADO: R\$ 29.700,00**

**8. FORMA DE PAGAMENTO**

<b>Data</b>	<b>Valor em R\$</b>	<b>Serviço</b>
10/05/2025	R\$ 13.000,00	<b>Produto 1:</b> Documento técnico contendo uma análise documental (relato de experiência, documentos de organismos internacionais, Ministério da Saúde e outras secretarias de saúde) sobre estratégias de comunicação existentes para as equipes de saúde que fazem parte da rede de atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde

		(SUS), com ênfase na promoção, prevenção, cuidado e vigilância em doenças de condições crônicas não transmissíveis.
20/07/2025	R\$16.700,00	<b>Produto 2:</b> Documento técnico contendo proposta de planejamento de estratégias para a melhoria da comunicação e disseminação de informações em saúde, com ênfase na promoção, prevenção, cuidado e vigilância em doenças de condições crônicas não transmissíveis.

\*Vigência, datas dos produtos, bem como valores do Contrato poderão sofrer alterações.

**9. Linha Orçamentária e resultado:** RE 4 – Vigilância epidemiológica qualificada e fomentada, visando a prevenção e controle das Doenças Crônicas Transmissíveis (DCT) e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)

FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / SECRETARIA DA SAÚDE**  
**Organismo Internacional - OPAS/OMS**

EDITAL Nº 02/2025

PERFIL09

**Formação Acadêmica:**

Obrigatória: Graduação em uma das áreas de Ciências Sociais, ou Ciências Humanas, ou Psicologia ou Comunicação Social comprovada;

Desejável: Pós-graduação em Saúde Coletiva, ou Educação em Saúde ou Comunicação em Saúde comprovada;

Cursos ou disciplinas na área de Saúde Coletiva, Educação em Saúde, Comunicação em Saúde comprovada.

**Experiência Profissional:**

Obrigatório: Mínimo de 12 (doze) meses de experiência comprovada na área da Comunicação em Saúde;

Desejável: Experiência comprovada no desenvolvimento de projeto na área de Comunicação em Saúde;

Experiência comprovada em criação de conteúdo digital para saúde.

Nº. de vagas: Uma (01) vaga

Candidatos	QUADRO 01 - OBRIGATÓRIO				QUADRO 2 - DESEJÁVEL					
	1 Obrigatório Apresentação de Currículo SIM/ NÃO	2 Graduação em uma das áreas de Ciências Sociais, ou Ciências Humanas, ou Psicologia ou Comunicação Social comprovada; SIM/ NÃO	3 Mínimo de 12 (doze) meses de experiência comprovada na área da Comunicação em Saúde; SIM/NÃO	Validação: Sim/Não	4 Pós-graduação em Saúde Coletiva, ou Educação em Saúde ou Comunicação em Saúde comprovada. SIM=(máx) 2,0 pontos	5 Cursos ou disciplinas na área de Saúde Coletiva, Educação em Saúde, Comunicação em Saúde comprovada; SIM=(máx) 2,0	6 Experiência comprovada no desenvolvimento de projeto na área de Comunicação em Saúde; SIM= 1,0 NÃO=0	7 Experiência comprovada em criação de conteúdo digital para saúde; SIM= 1,0 NÃO=0	Resultado da 1ª Etapa Classificado/ Não Classificado Máximo 6 pontos	Indicar quais candidatos devem ser chamados para a entrevista.
1										
2										
3										

**Tabela de Pontuação - Peso dos documentos**

**Quadro 01 - Questões eliminatórias.**

Caso o candidato tenha um resposta negativa, não passa para a segunda fase da avaliação curricular.

**Quadro 02 - Questões Classificatórias**

**Questão 04:** pontuar conforme os seguintes pesos, considerando apenas a graduação mais alta: Doutorado = 2,0 pontos / Mestrado = 1,5 pontos/Especialização e/ou Residência = 1,0 / outros cursos não pontuam.

**Questão 05:** pontuar 0,5 a cada seis meses de curso. Pontuação máxima 2,0 pontos;

**Questões 06 e 07:** pontuar 1,0 para Sim e 0 para Não.

Nome dos avaliadores:

Nome:

Cargo:

Ass: